

ISSN 1679-8694



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

**REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO  
DA 15ª REGIÃO  
CAMPINAS/SP**

Direção e coordenação da Escola Judicial  
Repositório Oficial de Jurisprudência

Campinas

n. 51

p. 1 - 344

jul./dez.

2017

# O MINOTAURO BRASILEIRO. REFORMA TRABALHISTA E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO CAPITALISMO NO BRASIL

## THE BRAZILIAN MINOTAUR. LABOUR REFORM AND THE HISTORICAL DEVELOPMENT OF CAPITALISM IN BRAZIL

ALVES, Giovanni\*

**Resumo:** O artigo analisa a integração do Brasil à ordem capitalista mundial a partir de 1964, época do golpe militar. Destaca que, para que isso acontecesse, foram perdidas as promessas de trabalhos assalariados capazes de combater a grande desigualdade social, que foi a base do capitalismo brasileiro. Analisa, também, a decadência da CLT, que se iniciou também em 1964 e, mesmo tendo alguns avanços para os direitos trabalhistas e previdenciários para a população algumas décadas depois, ela continua sendo deteriorada.

**Palavras-chave:** Reforma. Capitalismo. CLT. Direitos do trabalhador.

**Abstract:** The paper analyses Brazil's integration to the global capitalist order since 1964, during the military coup. It emphasizes that, for that to happen, the promises of wage earner works able to fight the great social inequality, that was the foundation of the Brazilian capitalism, were lost. It analyses, as well, CLT's decline, that started in 1964 and, even having some advances towards labour and social security rights for the population some decades after, it continues decaying.

**Keywords:** Reform. Capitalism. CLT. Worker rights.

### 1 INTRODUÇÃO

A partir do golpe civil-militar de abril de 1964, o Brasil aprofundou sua integração subalterna à ordem capitalista mundial. O preço da integração dependente à lógica do movimento de acumulação do capital mundial foi a desintegração das condições materiais para a realização

---

\*Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, Livre-Docente em Sociologia e professor da Unesp, *campus* de Marília. É pesquisador do CNPq com bolsa produtividade em pesquisa, e coordenador da RET (Rede de Estudos do Trabalho) e do Projeto Tela Crítica/CineTrabalho.

das promessas civilizatórias do salariedade capaz de combater a profunda desigualdade social que historicamente caracterizou o capitalismo brasileiro. Pelo contrário, o novo regime autocrático-burguês reforçou as características oligárquico-conservadoras do capitalismo brasileiro, ao mesmo tempo que propiciou uma “modernização” identificada como sendo a integração subalterna ao núcleo orgânico do capitalismo mundial liderado pelos Estados Unidos da América e a conservação da estrutura de desigualdade social e concentração de renda. O golpe civil-militar de 1964 foi a travessia do rubicão da história brasileira, promovendo uma inflexão histórica que demarcaria a civilização (e a barbárie) brasileira das próximas décadas.

Podemos dizer que a longa e persistente “demolição” da CLT começou em 1964 com o fim da estabilidade no emprego e a criação do FGTS. Foi o primeiro passo na direção da flexibilização trabalhista no Brasil. Um passo tímido, mas relevante na época. Apesar disso, a CLT, obra do projeto varguista, se manteve firme e forte por vinte anos (1964-1984). Mais tarde, pouco mais de vinte anos depois do golpe de 1964, a Constituição de 1988, apesar de manter intacto o Estado oligárquico-político brasileiro, sob a pressão do sindicalismo e movimentos populares atuantes na década de redemocratização política, teve significativos avanços na área social, criando, por exemplo, as bases institucionais para o sistema unificado de saúde e seguridade social, e garantindo direitos trabalhistas e previdenciários do povo brasileiro.

Entretanto, a derrota de Luís Inácio Lula da Silva, o candidato da Frente Brasil Popular em 1989, representou outro golpe nas possibilidades históricas de mudanças sociais efetivas no Brasil. Ao contrário da década de 1980 - a década de redemocratização política e explosão do sindicalismo e do movimento popular no Brasil - a década de 1990 foi uma década de reação neoliberal e desmonte do sindicalismo de classe. A derrota da Frente Brasil Popular nas eleições presidenciais de 1989 nos projetou na temporalidade histórica neoliberal que, tal como o golpe civil-militar de 1964, promoveu mais uma operação de integração subalterna à nova ordem capitalista global, caracterizada pela mundialização financeira.

A profunda crise do capitalismo brasileiro, que vinha desde a crise do “Milagre” (1973-1975), impulsionou as reformas neoliberais que paralisaram a efetividade das promessas civilizatórias da Constituição de 1988. Na década de reação conservadora, a reforma do capitalismo brasileiro assumiu um caráter reacionário no sentido de paralisar os anseios de mudanças sociais capazes de realizar as promessas civilizatórias da Constituição de 1988. No cenário de profunda crise da economia brasileira e reação neoliberal, o TST promulgou, em 1993, a Súmula n. 331, que afirmava que a terceirização só é lícita em se tratando de atividade meio, desde que não exista subordinação do trabalhador em relação ao tomador de serviços, sendo vedada a prática nas chamadas atividades fim.

## 2 A LENTA AGONIA DA CLT

A “paralisia” da Constituição de 1988, debilitada em sua efetividade material por conta de questões orçamentárias, deu lugar ao lento desmonte da CLT, uma reforma trabalhista **permanente** que, de modo gradual e persistente, visa destruir o arcabouço de legislação trabalhista que caracterizou as promessas civilizatórias do projeto de industrialização nacional-desenvolvimentista construído na Era Vargas. Foi na década neoliberal, sob o governo FHC, que surgiram diversas modalidades de contratação salarial flexíveis. A crise da economia brasileira contribuiu para aumentar a pressão para flexibilizar a legislação trabalhista, na medida que a lógica empresarial no Brasil sempre visou a redução de custos por meio da precarização laboral. Na verdade, incapaz de revogar de vez a CLT, operou-se a prazo o processo reacionário de reforma trabalhista permanente. A agonia da CLT tornou-se uma necessidade orgânica do capitalismo neoliberal, caracterizado pela acumulação flexível e acumulação por espoliação.

Tal como no Século XIX o regime da escravidão foi abolido passo a passo, começando com a Lei Eusébio de Queiróz (1850), que proibia o tráfico negreiro, e depois com a Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885), para finalmente ocorrer, tardiamente, a Lei Áurea (1888). Do mesmo modo, a CLT está sendo abolida de modo gradual e paulatino por meio de legislações infraconstitucionais, que negam cláusulas pétreas da Constituição Federal ao constituírem um regime de novo (e precário) mundo do trabalho.

Ao desmontar a CLT, a burguesia brasileira atenta contra a Constituição de 1988, tendo em vista que na nossa Carta Constitucional o valor social do trabalho é fundamento da República Brasileira (art. 1º, IV). A par disso, a valorização do trabalho humano também é um dos fundamentos da Ordem Econômica (art. 170) e o trabalho é um direito social fundamental previsto no art. 6º do texto Constitucional, assim como os direitos trabalhistas, estes elencados no art. 7º. Os direitos trabalhistas, com suas garantias, assumem especial relevância por ocuparem posição de destaque nas relações de produção, que movem as economias nacionais e internacionais, além de se constituírem em importantes fatores de inclusão do homem na sociedade. Deste modo, o trabalho é dotado de valor social e econômico, o que levou o constituinte a tratá-lo como fundamento do Estado democrático de direito, assim como a dignidade da pessoa humana (art. 1º, IV e III, da Constituição, respectivamente). Enfim, não existe Estado democrático sem trabalho digno, sem respeito à pessoa humana e ao trabalhador.

A burguesia brasileira, incapaz historicamente (e ontogeneticamente) de portar um projeto de desenvolvimento da Nação baseada no crescimento com inclusão social (o que implicaria respeitar os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários do povo brasileiro), rendeu-se na década de 1990 à lógica das finanças, buscando aumentar a taxa de exploração por meio da precarização salarial e auferir lucros fictícios por meio

de rendimentos especulativos no mercado de capitais. Enfim, caiu a máscara da face da burguesia brasileira, outrora a dita “burguesia nacional” (com aspas).

### 3 A METAMORFOSE DA BURGUESIA BRASILEIRA

Na ofensiva neoliberal da década de 1990, aprofundou-se a desindustrialização do País, provocando a decadência ideológica e política da burguesia industrial brasileira. Corroeu-se de vez a base material da hegemonia industrialista, processo de inversão civilizatória que ocorria desde a crise do “Milagre”. Associada à burguesia imperialista na organização do golpe civil-militar de 1964, e depois sacrificada em sua base material pela crise e falência do projeto nacional-desenvolvimentista autocrático-burguês, a burguesia industrial brasileira, como fração de classe, rendeu-se na década de 1990 à burguesia financeira, fortalecida pela hiperinflação e financeirização precoce do capitalismo brasileiro.

O novo salto de integração subalterna à mundialização do capital ocorrido em 1990 - o primeiro ocorreu em 1964, com o golpe civil-militar - significou o fim melancólico da burguesia industrial brasileira - pelo menos a sua fração comprometida com um projeto de industrialização nacional, fortalecimento do mercado interno de massa e compromisso com direitos trabalhistas. Na verdade, a crise do modelo de substituição de importações e a ofensiva neoliberal fizeram com que a burguesia industrial, como fração de classe, se aliasse de modo subalterno à fração da burguesia rentista-parasitária e seu apêndice social na alta classe média. Não interessava ao bloco neoliberal no poder o projeto de industrialização nacional, e muito menos a expansão do mercado interno de massa, com todas as suas implicações políticas e sociais (fortalecimento da negociação coletiva e garantia de direitos trabalhistas, concertação social que garantisse aumento de salários indexados à produtividade, capaz de produzir uma demanda efetiva que propiciasse mercado interno de massas).

O setor reformista da burguesia industrial que outrora se abrigava no MDB e depois PSDB, migrou para o PT na metade da década de 1990, compondo-se com setores sociais-liberais hegemônicos do partido, que mais tarde - em 2002 - chegaria ao governo. Entretanto, outros setores da burguesia industrial brasileira - a sua maioria - tornaram-se apêndice da burguesia financeira hegemônica, aliada com a alta classe média, renunciando a qualquer projeto político de construção da sociedade salarial. A burguesia brasileira tornou-se uma **lumpen burguesia** no cenário do capitalismo global.

A **lumpen burguesia brasileira**, a maior parte dela de vertebração rentista associada ao bloco no poder neoliberal, parte orgânica da crise persistente do capitalismo brasileiro aprofundada pelo modelo neoliberal, manifesta obsessão congênita pela redução de custos do trabalho, mesmo que isso implique em precarização salarial da classe trabalhadora, com a usurpação de seus direitos trabalhistas. Ao mesmo tempo, a lumpen burguesia é sedenta pela espoliação do fundo público,

que ocorre por meio de abusivos rendimentos dos títulos da dívida pública, isenções tributárias e sonegação de impostos, espoliação capaz de propiciar, para ela, lucros extraordinários.

Pelo menos desde a década de 1990, a palavra de ordem é “desmonte da CLT” e “desejetivação da parte social da Constituição de 1988”. Enfim, inserção subalterna e dependente do Brasil na ordem do capitalismo senil, o que implica em destruir a conquista da luta dos sindicatos e movimentos sociais da década da redemocratização. Desde a era neoliberal, o povo brasileiro está na defensiva contra a ofensiva visceral do capital comprometido com o projeto neoliberal. Trata-se de uma ofensiva neoliberal que ocorre pelo menos nos últimos 25 anos, operando de modo lento, gradual e persistente o desmonte da Nação.

Por impossibilidade política, devido aos profundos interesses sociais arraigados na construção do Estado democrático de direito, a destruição da CLT e o corte da parte social da Constituição de 1988 não poderia ocorrer de modo abrupto. Nossa oligarquia política historicamente age de modo hábil e sinistro. A estratégia burguesa é desejetivar passo a passo o projeto de Nação que resiste nos seus estertores.

O sistema político oligárquico, financiado e refém da lúmpen burguesia, hoje mais do que nunca, tornou ineficaz a palavra da lei constitucional, na medida em que contingencia parte do fundo público que garante a efetividade dos direitos sociais. Na República oligárquica do Brasil, interesses privados corrompidos impregnam a *Res publica*. Deste modo, para que serve uma Lei que não possui eficácia material? Enfim, a lei não pode se sobrepor às relações de poder de classe. Desmaterializava-se a lei. Depois, ao lado da CLT, construiu-se um arcabouço de contratação flexível que permite contornar direitos trabalhistas. Implode-se por dentro a CLT. Ela torna-se “letra morta”.

#### 4 O LULISMO COMO “A PEDRA NO MEIO DO CAMINHO”

Entretanto, a operação da ofensiva neoliberal, iniciada em 1990, encontrou um obstáculo relativo a partir de 2003, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva (PT) para Presidente da República. Aliado a um empresário nacional, José de Alencar, Lula tentou dar vida - sem sucesso - aos ideais da decadente burguesia industrial brasileira, particularmente a sua fração desenvolvimentista aliada à classe operária organizada e aos pobres. O lulismo apelou para o ideal do crescimento com justiça social. Entretanto, como classe, a burguesia brasileira - ou as “elites”, como diz Lula - nunca se preocupou com inclusão social - que o diga o desenvolvimento capitalista das últimas décadas que construiu uma das sociedades modernas mais desiguais do mundo civilizado. Mas o ideal lulista manteve-se no ar antes de desmanchar-se.

O lulismo tornou-se refém - a seu bel-prazer - do bloco neoliberal de poder. A preocupação com a governabilidade de um projeto **relativamente** alternativo àquele modelo neoliberal da década de 1990 levou à constituição de uma frente política neodesenvolvimentista, que conseguiu

**fraturar** o bloco no poder com o deslocamento da fração da “burguesia interna” (um **clone** da burguesia industrial ligada aos setores agro-minério-exportador e empresariado da construção civil que vive à sombra do Estado) e constituir, como classe-apoio, a classe operária e camadas populares.

Na verdade, o ideal industrialista não conseguiu se efetivar nas condições de hegemonia neoliberal no seio do Estado brasileiro. O neodesenvolvimentismo de Lula não apenas **paralisou** o desmonte da CLT e da Constituição de 1988. Pelo contrário, conseguiu avançar na efetividade da parte social da Constituição de 1988 ao implementar o SUS (Sistema Único de Saúde) e SUAS (Sistema Único de Assistência Social) por meio do crescimento do gasto público e programas de transferência de renda. É claro, dentro dos limites miseráveis de um governo estrangido pelo Estado neoliberal.

Enfim, incapaz de confrontar o bloco neoliberal no poder, construindo um Estado brasileiro capaz de garantir a eficácia dos ideais Constitucionais de 1988, Lula apenas paralisou um processo histórico, sem revertê-lo no sentido de abolir a nova ordem da precariedade salarial. Nos governos neodesenvolvimentistas, o choque de capitalismo deu-se sob um mundo de trabalho precário por conta da nova ordem de regulação flexível instaurada na década neoliberal. O lulismo apenas adaptou-se à nova dinâmica da acumulação do capital, buscando **paralisar** processos de precarização laboral que corroíam a base do sindicalismo organizado.

Ao não se contrapor e reverter a ofensiva neoliberal sobre o mundo do trabalho, os governos neodesenvolvimentistas consentiram na sua legitimidade social e política. Deixou-se que a inércia voraz do Estado neoliberal vigente subvertesse o mundo do trabalho. Na era neodesenvolvimentista, o espectro da terceirização avançou sobre o mundo do trabalho. Reiteramos que, de certo modo, Lula e Dilma apenas **paralisaram** (ou congelaram) o lento e paulatino processo de desmonte da CLT iniciado em 1964 e o desmonte da Constituição de 1988 iniciado em 1990 com os governos neoliberais. Paralisar e congelar processos não significa desativá-los e revertê-los. Na verdade, o movimento de precarização laboral, paralisado na era neodesenvolvimentista, retornaria com vigor num momento de reação neoliberal - como ocorreu com o golpe jurídico-parlamentar de 2016 e o governo Temer.

Na medida em que optou por administrar a ordem burguesa na perspectiva da conciliação de classe, Lula aceitou seus pressupostos estruturantes - preservar o que a ofensiva neoliberal conquistou nas últimas décadas. Este foi o teor da “Carta aos Brasileiros” em 2002, e a própria condição da governabilidade de um governo estrangido por um Estado neoliberal. Como dissemos acima, o que se paralisa e se congela pode, um dia, renascer e descongelar-se no calor do golpe. Foi o que aconteceu em 2016. O novo golpe - não mais apenas civil-militar, mas jurídico-político (sempre com amplo apoio midiático), destituiu o governo neodesenvolvimentista para dar prosseguimento àquilo que estivera “paralisado” ou congelado - no seu vigor imperante - desde 2003.

## 5 O MINOTAURO BRASILEIRO

No cenário de crise global e de longa depressão da economia mundial a partir da Grande Recessão de 2008, o bloco neoliberal no poder recompôs-se em suas frações de classe, com apoio da alta (e baixa) classe média, para derrubar o governo Dilma e reestruturar o capitalismo brasileiro, de acordo com as novas perspectivas de evolução do capitalismo mundial. O Brasil sob hegemonia neoliberal reativou sua integração subalterna no capitalismo global, desconstruindo o projeto de crescimento com inclusão social levado a cabo pelos governos neodesenvolvimentistas.

Enfim, de volta para o passado, o governo Temer representa hoje - junho de 2017 - a missão histórica que outrora coube aos militares no golpe de 1964 e aos governos neoliberais da década de 1990: **desmontar efetivamente a CLT e a Constituição de 1988**. Diante da longa depressão do Século XXI, a burguesia brasileira sob hegemonia rentista-parasitária e com apoio do setor agro-industrial-exportador - um **clone** dos latifundiários burgueses do século passado e da velha burguesia industrial decadente (lumpen burguesia) - quer finalizar a tarefa histórica iniciada há pouco mais de cinquenta anos.

A primeira longa depressão da economia capitalista mundial em fins do Século XIX provocou no Brasil a abolição da escravatura e a queda do Império, instaurando a República oligárquico-burguesa. A crise de 1929 e a segunda longa depressão ocorrida na década de 1930 abalaram a ordem oligárquica da Primeira República e levaram à instauração do governo Vargas, do Estado Novo e do projeto de industrialização nacional que alimentou o sonho da civilização burguesa no Brasil, civilização urbano-industrial moderna e inclusiva com respeito aos direitos trabalhistas, sociais e previdenciários.

O símbolo do sonho de modernização civilizatória - em contraste com a modernização catastrófica de hoje - era a carteira de trabalho e o que ela representava: a cidadania salarial representada na CLT, peça civilizatória limitada - é claro -, mas efetiva em termos positivos numa ordem historicamente desigual e de extração colonial-escravista. Foi Vargas que inaugurou a era dos **direitos** no Brasil, palavra maldita para a oligarquia burguesa de extração escravista. A construção do projeto de Nação encontrou na década de 1950 reações viscerais das oligarquias burguesas dependentes. A morte de Vargas e a instabilidade política que culminou com o golpe de 1964 significaram a reação político-oligárquica, aliada ao imperialismo, a um projeto de civilização brasileira.

Desde pelo menos a década de 1950 a burguesia brasileira, como classe social, **não** tinha compromisso com a civilização, mas sim com a barbárie social. Ela continha no seu DNA as marcas do capitalismo escravista-colonial primordial. Apoiou iniciativas golpistas contra o trabalhismo de Vargas. Talvez alguns poucos empresários brasileiros - que não representavam sua classe social - tiveram a lucidez de imaginar um capitalismo nacional menos desigual e inclusivo socialmente. Uma parte da esquerda imaginou existir uma "burguesia nacional" comprometida



com a realização dos ideais da Nação e da democracia social. O golpe civil-militar de 1964 deu adeus às ilusões da burguesia brasileira como classe comprometida com o desenvolvimento nacional ou crescimento com justiça social - embora as ilusões persistam até hoje no seio da esquerda brasileira sedenta de governabilidade.

No cenário da expansão capitalista da década de 1960, a burguesia brasileira, aliada aos latifundiários capitalistas e imperialistas, não ousou enterrar de vez a CLT. Como salientamos acima, alterou-se só aquilo que impedia o aprofundamento da exploração da força de trabalho, abolindo-se a estabilidade no emprego. Manteve-se intocada a CLT - porque funcional à ordem hegemônica do capitalismo ainda expansivo da década de 1960.

Mas a crise do capitalismo brasileiro a partir do fim do "Milagre", em meados da década de 1970, provocou uma disputa no bloco de poder dominante que paralisou o cenário político de crise da Ditadura. Frações e estamentos da burguesia se digladiavam sobre o novo modelo de desenvolvimento para o país, que vivia uma transição transada e negociada para a democracia política sob o calor do movimento sindical e popular. Instaurou-se em 1989, com a eleição para Presidente da República, a **Quarta República**, que cairia 27 anos depois - em 2016, com o golpe jurídico-político e a assunção do governo neoliberal de Temer.

Em síntese: o Brasil teve a **Primeira República**, ou República Velha, de 1889 a 1930; a **Segunda (e breve) República**, de 1930-1937; a **Terceira República**, de 1945-1964 (que sucede ao Estado Novo de Vargas); a **Quarta República**, de 1989 a 2016 (a dita Nova República). É a queda da IV República brasileira, que leva a nova ofensiva neoliberal voltada para abolir os fundamentos da Constituição de 1988 (que inaugurou a IV República) e o desmonte efetivo da CLT com a Terceirização e a Reforma Trabalhista.

A excepcionalidade do **golpe** de 2016 só é comparável à Revolução de 1930 por ocorrer num cenário de **longa depressão da economia capitalista mundial**, que afetou sobremaneira o Brasil a partir de 2014. Com sinais invertidos com relação à Revolução de 1930, que dotou o País de um projeto de industrialização e construção da Nação, o golpe de 2016 é a vingança das oligarquias derrotadas em 1930.

O desmonte da Nação - no seu aspecto social - representa a essência do governo Temer, verdadeira antípoda dos governos Vargas. O desmonte da Nação implica em abolir **direitos** conquistados nas últimas décadas vinculados ao projeto de civilização brasileira. Desmontar a CLT e abolir a parte social da Constituição de 1988 faz parte do conjunto de reformas neoliberais do governo Temer visando satisfazer os interesses do bloco neoliberal no poder (burguesia rentista-parasitária hegemônica com aliança com a burguesia agroexportadora, e a burguesia interna, que se beneficia das benesses do Estado, capturado pelos interesses rentistas).

O motor do crescimento da economia capitalista contido nas reformas neoliberais de Temer é a **espoliação de direitos** como condição para o aumento da taxa de mais-valia, visando restaurar a lucratividade no país. O desenvolvimento do capitalismo brasileiro exige como necessidade

radical a queda do custo de reprodução da força de trabalho nas condições históricas de um capitalismo de modernização catastrófica. As reformas trabalhistas e reforma previdenciária visam resolver a crise de lucratividade do capitalismo brasileiro e a disputa orçamentária entre as necessidades sociais da Nação e os interesses do capital rentista-parasitário, hegemônico no bloco do poder.

Nos últimos dez anos de governos neodesenvolvimentistas, a produtividade do trabalho caiu no Brasil, ao mesmo tempo que cresceu o salário real da classe trabalhadora por conta da queda do desemprego aberto, o crescimento do poder de barganha sindical do trabalho e o aumento real do salário-mínimo (os salários subiram 211% em termos nominais entre 2002 e 2012 contra uma taxa de inflação real de 66%). Nesse período, a taxa de desemprego caiu de 12,3% para 6,7%, e a força de trabalho se expandiu a uma taxa anual de 1,6%).

### Taxa de produtividade do trabalho no Brasil



Desde 2012, com o *lock-out* de investimentos produtivos no País, a produtividade do trabalho oscilava em queda, aprofundando a descida com a desaceleração da economia em 2015. Ela se recuperou em 2016, embora tenha ficado 50% abaixo do pico alcançado em 2011. A queda da produtividade do trabalho e, por conseguinte, a queda de extração na mais-valia relativa pressionou para baixo a taxa de lucratividade, tendo em vista que o valor dos salários reais se mantiveram elevados por conta da baixa taxa de desemprego (até 2015).

### Taxa de lucratividade do capital no Brasil (1953-2010)



Fonte: E. Maito

De 2001 a 2007 a taxa de lucratividade do capital no Brasil teve uma leve subida, caindo logo a seguir a partir de 2008 por conta da crise financeira global. Na verdade, desde 1973, a taxa de lucratividade do capital desabou no Brasil, recuperando-se parcialmente a partir de 1990 com as reformas neoliberais. Essa recuperação lenta prosseguiu até 2000, caindo logo a seguir devido à crise da economia brasileira em 1999. Depois, uma pequena retomada ocorreu em 2003, indo até 2007, próximo da crise financeira e profunda recessão da economia global.

Este cenário de crise estrutural do capitalismo brasileiro inquieta há tempos a burguesia brasileira. A desaceleração da economia e a profunda recessão por conta da crise das *commodities* em 2014, e a profunda crise política logo após a eleição da Presidente Dilma, que vai levar ao golpe de 2016, aprofundaram a crise brasileira numa dimensão histórica inédita - pelo menos desde 1930. Ao mesmo tempo, assistimos uma profunda crise orçamentária da União, Estados e municípios - a pródiga renúncia fiscal ocorrida no governo Dilma visando incentivar investimentos produtivos - que não ocorreram - e a profunda recessão da economia, acirrada pelo ajuste fiscal do Ministro Joaquim Levy, debilitaram irremediavelmente a arrecadação do Estado brasileiro, acirrando a discussão sobre os gastos públicos, com o orçamento da União sendo contingenciado em quase 50% para o pagamento de dividendos e juros da dívida pública.

Deste modo, crise de lucratividade, crise fiscal (no contexto histórico de longa depressão da economia capitalista global) e a acirrada preocupação da burguesia rentista-parasitária com os gastos públicos produziram a necessidade premente das reformas neoliberais visando (1) retomar o aumento da taxa de lucratividade por meio do aumento da taxa de exploração pela desvalorização dos custos da força de trabalho, e (2) blindar o orçamento público de acordo com os interesses da burguesia rentista-parasitária. Deste modo, o “pacote” de reformas neoliberais - o Teto dos Gastos Públicos, a Lei da Terceirização e a Reforma Trabalhista, e a Reforma da Previdência - tornaram-se indispensáveis para propiciar um novo patamar de acumulação capitalista no Brasil.

Na verdade, desde a Constituição de 1988 a burguesia brasileira preocupou-se com a capacidade fiscal do Estado em assumir não apenas as despesas sociais e os custos da reprodução da força de trabalho, isto é, o financiamento dos direitos sociais, previdenciários e trabalhistas do povo brasileiro escritos na Carta Magna, nas condições históricas de taxas de lucratividade baixas, comparadas com aquelas pré-crise do “Milagre” em 1973, mas também em garantir o pagamento dos dividendos e juros da dívida pública da União, cujos papéis estão nas mãos da burguesia rentista-parasitária e, inclusive, de parcela não desprezível da burguesia industrial; além de garantir também o sistema de corrupção que, por meio da promiscuidade entre o Estado e o empresariado nacional (incluindo empresários da mídia, como a Rede Globo), financiam o sistema político oligárquico exposto pela Operação Lava-Jato (Odebrecht e JBS são apenas

a ponta do *iceberg*); *the last but not the least*, a débil capacidade fiscal do Estado deve garantir os privilégios intocáveis de categorias do aparelho de Estado brasileiro - com destaque para o Poder Judiciário.

Por isso, a constelação de interesses corporativos ameaçados pela crise estrutural do capitalismo brasileiro e pela insolvência do Estado diante da pressão popular pela efetivação dos direitos sociais, previdenciários e trabalhistas do povo brasileiro é que explicam a arquitetura política e social do golpe de 2016, apoiado pela alta cúpula do Poder Judiciário (STF), pela maioria política do Congresso Nacional e pela burguesia brasileira - rentista-parasitária (Febraban) e industrial (Fiesp e CNI).

Enfim, é a disputa pelo orçamento público nas condições da crise estrutural do capitalismo brasileiro que explica a destituição da Presidente Dilma Rousseff em 2016 pela alegação insustentável de *impeachment* devido a crime de responsabilidade. O conjunto de interesses do capital financeiro, do sistema político corrompido e pela corporação de **privilégios** do aparelho do Estado depuseram um governo eleito pelo voto popular. Parafraseando o Governador de Minas Gerais Antônio Carlos, em 1930, eles fizeram a revolução, antes que o povo a fizesse.

A burguesia financeira e a burguesia agro-industrial-minério-exportadora, numa aliança espúria entre campo e cidade, conduzem hoje o Projeto do Brasil do Século XXI. A burguesia urbano-industrial, fragilizada e vendida aos interesses exógenos, verdadeira expressão da lumpen burguesia, e a classe operária e trabalhadora, incluindo camadas médias assalariadas fragmentadas nas metrópoles, baseadas predominantemente no comércio e serviços, não pode e nem consegue, respectivamente, constituir um contra-projeto hegemônico. Pelo contrário, a burguesia industrial de vertebração rentista é apêndice ao bloco neoliberal de poder; e a classe operária e trabalhadora, com presença das camadas médias assalariadas da baixa classe média, incapaz de aliar-se ao subproletariado (o que impede a construção do projeto democrático-popular), não consegue efetivamente constituir-se hegemonicamente como classe social.

A imagem do Minotauro brasileiro diz respeito à figura mitológica que habitava o labirinto de Creta. O Minotauro é o ser metade homem, metade animal, produto da relação entre a mulher de Minos, rei de Creta, e um touro. A singular relação foi uma vingança dos deuses contra Minos que, encantado com a beleza desse animal, que havia recebido como um sinal da aprovação divina de seu reinado, resolveu ficar com ele ao invés de imolá-lo aos deuses, como havia sido prometido. Quando o Minotauro cresceu e se tornou uma besta incontrolável, foi construído um labirinto para abrigá-lo, sendo que para alimentá-lo eram necessárias vidas de seres humanos jovens. O capitalismo brasileiro, tal como a figura mitológica do Minotauro cretense, precisa ser bem alimentado com o sacrifício da futuridade da Nação (a imagem de Minotauro diz respeito também à nossa particularidade de objetivação capitalista, um capitalismo

metade civilização, metade barbárie, devido à extração colonial-escravista que nos caracteriza historicamente).

Portanto, as reformas neoliberais do governo ilegítimo de Michel Temer desenham um Brasil da década de 2020 muito mais desigual e fragmentário em sua representação social e política. O aprofundamento da **fragmentação** do mundo do trabalho levado a cabo pela terceirização e reforma trabalhista aponta para uma Quinta República - caso tenhamos eleições democráticas em 2018 - com “pés de barro”, devido aos conflitos sociais que devem abalar a institucionalidade caduca do capital. Incapaz de constituir-se como sujeito histórico devido às suas misérias corporativo-burocráticas ou sectário-políticas, o proletariado brasileiro torna-se refém hegemonicamente da burguesia brasileira lumpenizada, rentista e alienada dos interesses civilizatórios.

Caso façamos um paralelo histórico com a crise social e política de 1930 vivida pelo Brasil, podemos dizer que a ausência da corporação militar (tenentes) que teve um protagonismo na Revolução de 1930, e que representava naquela época um projeto de Nação, embora conciliando pelo alto com a oligarquia latifundiária, deve tornar mais instável a consecução hegemônica do novo projeto de **modernização catastrófica** do capitalismo brasileiro no Século XXI. Ao mesmo tempo, o enfraquecimento dos sindicatos e partidos de esquerda torna mais imprevisível o desdobramento dos conflitos sociais. Estamos sob uma densa neblina - **especulando**, podemos dizer, que os protagonistas da nova ordem caduca da Quinta República brasileira devem ser a mídia burguesa-oligárquica, o estamento da alta classe média do Judiciário, jacobino, de viés de direita, e o Congresso Nacional corrompido e alienado dos anseios populares. Em síntese: um Executivo impotente, constrangido pelo Judiciário e Legislativo corrompido pela vaidade oligárquica e pela corrupção de valores democráticos. As disputas no seio do aparelho do Estado burguês caduco devem continuar flagrantemente. Ao mesmo tempo, a crise social aprofundada pelo capitalismo catastrófico obrigará um Executivo de mãos atadas a dedicar-se à tarefa de administrar - às vezes com mãos de ferro - os conflitos distributivos na sociedade civil e no interior do próprio bloco no poder. Com certeza, a Quinta República - nossa República de Weimar - caso tenhamos eleições em 2018, deve ser tão instável quanto a Segunda República nascida da Revolução de 1930 e que nos conduziu a Estado Novo de Vargas. O risco de cesarismo de direita é bastante previsível diante da fragilidade orgânica das forças populares e das fraturas abertas na institucionalidade do Estado democrático de direito depois do golpe de 2016.